

**PROCESSO** - A.I. Nº 206984.0002/02-3  
**RECORRENTE** - IRRIGAFERTIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 3ª JJF nº 0450-03/02  
**ORIGEM** - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA  
**INTERNET** - 10.04.03

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0137-11/03

**EMENTA:** ICMS. NULIDADE. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. FALTA DE APRECIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO PELO AUTUADO ACERCA DA DILIGÊNCIA REALIZADA. A falta de apreciação da manifestação tempestiva apresentada pelo autuado acerca da diligência realizada, a qual só foi juntada aos autos após o julgamento pela primeira instância, implica em cerceamento ao direito de defesa. Incumbe, portanto, ao órgão prolator da decisão recorrida, promover o saneamento do feito e proferir nova decisão a salvo de incorreções. Devolvam-se os autos à Junta de Julgamento Fiscal. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 27/03/02, exige ICMS no valor de R\$15.164,13, imputando ao autuado as seguintes infrações:

- 1 - “Recolheu a menos o ICMS, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA)”;
- 2 - “Falta de recolhimento do imposto relativo a omissão de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias em valor inferior ao das saídas efetivas omitidas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício aberto, levando-se em conta para o cálculo do imposto o maior valor monetário, ou seja, o das saídas tributáveis”;
- 3 – “Falta de recolhimento do imposto pela constatação da existência de mercadoria em estoque desacompanhada da respectiva documentação fiscal, atribuindo-se ao seu detentor a condição de responsável solidário, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, com valores apurados mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício aberto”;
- 4 – “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na Conta Caixa”.

O autuado, através de sua advogada, apresenta impugnação, às fls. 151 a 159, inicialmente informando que pagou os valores referentes às infrações 1 a 3, de acordo com cópia do DAE que anexa à fl. 163.

No que diz respeito à infração 4, alega que em virtude de dificuldades financeiras o sócio Maurílio Dias Bacelar fez um empréstimo para a empresa para aumento de capital e alteração do quadro social. Anexa declarações de Imposto de Renda e informe de rendimentos financeiros do referido sócio visando comprovar sua alegação. Diz que os suprimentos foram realizados em moeda corrente, diante da impossibilidade de movimentação da conta corrente bancária em virtude da grande quantidade de títulos protestados. Ao final, pede a improcedência do item em exame.

O autuante, em informação fiscal (fls. 206 a 208), diz que o saldo credor na conta Caixa (infração 4) foi constatado após a exclusão dos lançamentos efetuados a débito da referida conta, correspondentes a valores supostamente recebidos de terceiros e do sócio Maurílio Dias Barcelar, pois considerou que os mesmos estavam desprovidos de documentação comprobatória. Expõe que através da intimação à fl. 15, solicitou os documentos correspondentes aos lançamentos acima referidos, mas que não foi atendido, tendo o autuado apenas informado que o total do numerário ingressado na empresa foi em moeda corrente. Acrescenta que também não foi apresentado qualquer contrato de empréstimo. Ao final, dizendo que não houve comprovação do efetivo ingresso físico dos valores no caixa ou na conta corrente do autuado, pede a procedência do Auto de Infração.

De ordem do Sr. Presidente do CONSEF, o presente PAF retornou à INFAZ V. da Conquista para que o autuante procedesse a revisão do trabalho fiscal, adotando os critérios estabelecidos na Orientação Normativa nº 01/2002, do Comitê Tributário, em virtude da condição de Empresa de Pequeno Porte do autuado.

Atendendo a solicitação supra, o autuante elaborou novo demonstrativo de débito (fl. 220), onde após conceder os créditos fiscais, que o autuado fazia jus pelas entradas das mercadorias em seu estabelecimento, retificou o valor a ser exigido no presente processo para R\$ 10.609,62, sendo que a infração 2 passou de R\$996,04 para R\$840,45; e a infração 4 de R\$13.345,01 para R\$8.946,09.

O autuado tomou ciência da retificação acima mencionada (fl. 221), recebendo, inclusive, cópia de todos os demonstrativos elaborados pelo autuante, porém não se manifestou.

#### VOTO DO RELATOR DA 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL NA DECISÃO RECORRIDA

*“No que diz respeito às infrações 1 a 3, o próprio autuado reconheceu o cometimento das mesmas, informando que pagou os valores exigidos de acordo com a cópia do DAE que anexa à fl. 163.*

*No entanto, em face da condição de Empresa de Pequeno Porte do autuado, o autuante elaborou novo demonstrativo de débito (fl. 220), onde após conceder os créditos fiscais, que o mesmo fazia jus pelas entradas das mercadorias em seu estabelecimento, retificou o valor a ser exigido, relativo à infração 2 que passou de R\$ 996,04 para R\$ 840,45, com o qual concordo.*

*No que diz respeito à infração 4, inicialmente ressalto que comungo com o pensamento do Conselheiro Ciro Roberto Seifert, que assim se manifesta diante do assunto em tela:*

- 1. O fato de a escrita contábil indicar suprimentos a “Caixa” de origem não comprovada, ou a ocorrência de saldo credor na referida conta, significa dizer que os Recursos aplicados nos pagamentos, por não terem respaldo documental, tiveram a sua origem desconhecida, ou seja, ingressaram de fato no “caixa real” do estabelecimento, sem contudo ter sido registrado no “caixa contábil”, por assim dizer.*

2. *Isto implica que fica comprovado o ingresso de Recursos, para fazer frente a tais pagamentos, sem a comprovação da sua origem, e neste momento a legislação autoriza a presunção de que tais Recursos advieram da omissão de saídas tributáveis.*
3. *Neste sentido o § 4º, do art. 4º, da Lei n.º 7.014/96, preconiza que o fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.*
4. *Portanto, essa presunção é “juris tantum”, ou seja, admite prova contrária, onde caberia ao contribuinte comprovar a improcedência da presunção.*

*Visando tal comprovação, a peça defensiva alega que os suprimentos questionados pelo autuante ocorreram de forma legal, através de empréstimos concedidos pelo sócio Maurílio Dias Bacelar, com a finalidade de aumento de capital. Diz que os suprimentos foram realizados em moeda corrente, diante da impossibilidade de movimentação da conta corrente bancária em virtude da grande quantidade de títulos protestados.*

*No entanto, o sujeito passivo não apresentou nos autos qualquer contrato de mútuo, conforme acima mencionado, nem comprovou a entrada dos Recursos no caixa da empresa através de cópias de cheques, recibos ou extratos bancários, limitando-se a alegar que os suprimentos foram realizados em moeda corrente.*

*As declarações de Imposto de Renda e informe de rendimentos financeiros do sócio Maurílio Dias Bacelar, documentos que o sujeito passivo anexa aos autos, às fls. 164 a 180, não tem o condão de elidir a infração em lide, não comprovando os efetivos ingressos dos valores no caixa ou conta corrente do impugnante.*

*No entanto, em face da condição de Empresa de Pequeno Porte do autuado, o autuante elaborou novo demonstrativo de débito (fl. 220), onde após conceder os créditos fiscais, que o mesmo fazia jus pelas entradas das mercadorias em seu estabelecimento, também retificou o valor a ser exigido, relativo à infração em exame, que passou de R\$ 13.345,01 para R\$ 8.946,09, com o qual concordo.*

*Vale ainda ressaltar, que o autuado tomou ciência dos novos números apresentados pelo autuante (fl. 221), recebendo, inclusive, cópia de toda informação fiscal prestada, porém não se manifestou, o que implica em concordância tácita com o teor da mesma.*

*Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, de acordo com o demonstrativo de débito à fl. 220, devendo ser homologados os valores já recolhidos.”*

Devidamente intimada a tomar ciência do resultado do julgamento realizado pela 3ª Junta de Julgamento Fiscal, que exarou o Acórdão recorrido pela Procedência em Parte do Auto de Infração em epígrafe, a empresa, inconformada com aquele decisório, impetrou o presente Recurso Voluntário, apresentando:

1. Comentários do mestre CLÉLIO BERTI a respeito de Omissão de Receita e de Suprimento de Caixa e contestação da multa exigida no item 04 – 05.03.02 do Auto de Infração.
2. A informação de que apresentou, tempestivamente, fls. 231 a 234 (29.11.2002), antes do julgamento realizado pela 3ª JJF (23.12.2002), sua manifestação em contraditório à Informação Fiscal de fls 206 a 208. Entretanto, os doutos julgadores da instância

supramencionada não se pronunciaram e não fizeram registro quando exararam a Decisão recorrida do documento que contesta a Informação Fiscal.

Diante do exposto, espera e requer seja acolhido o presente Recurso para declarar a nulidade da referida Decisão do CONSEF, determinando que seja procedido novo julgamento, demonstrando a insubsistência e Improcedência da ação fiscal, no que se refere à multa impugnada. É como espera o autuado/recorrente, para que se faça JUSTIÇA.

A PROFAZ forneceu Parecer de fls. 266, nos seguintes termos:

*“O recorrente apresenta tempestivamente, às fls. 231 a 234, manifestação acerca da revisão fiscal. Por equívoco o órgão de 1º grau registra a absoluta falta de pronunciamento do recorrente, quando na verdade o mesmo apresentou petição nos autos. Com vistas a regularização e legalidade irrestrita do Processo Administrativo Fiscal, sugere a declaração de nulidade da Decisão de primeira instância com retorno dos autos para apreciação da complementação da defesa apresentada pelo contribuinte.*

*Ante o exposto, o opinativo é pelo CONHECIMENTO e PROVIMENTO do Recurso Voluntário.”*

## VOTO

Dado ao exame dos documentos acostados ao Processo Administrativo Fiscal, constatei que o julgamento de primeira instância, que exarou o Acórdão recorrido, não examinou a manifestação apresentada pelo autuado, a qual só foi juntada aos autos após o julgamento efetuado na primeira instância. Conseqüentemente, ocorreu a impossibilidade do exame dessa peça processual pela JJF, o qual deverá ser feito.

Portanto, verificada a tempestividade do documento contestatório do recorrente, fica visível a necessidade do processo retornar à Junta de Julgamento Fiscal, para proceder à apreciação e análise do referido documento e realizar novo julgamento do Auto de Infração em tela.

Assim, concedo o meu voto pelo PROVIMENTO do Recurso Voluntário para anular a Decisão Recorrida.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e julgar **NULA** a Decisão Recorrida, devendo o Processo Administrativo Fiscal retornar a 1ª Instância para proceder novo julgamento do Auto de Infração nº 206984.0002/02-3, lavrado contra **IRRIGAFERTIL COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de abril de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PROFUZ